

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REQUERIMENTO Nº DE 2019 (do Sr. Lafayette de Andrada)

Requer a realização de Audiência Pública destinada a instruir a matéria legislativa concernente à PEC 160/2015, que “Acrescenta o § 4º ao art. 192 da Constituição Federal, para estabelecer limite às taxas juros.”

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, destinada a instruir a matéria legislativa concernente à PEC 160/2015, que propõe a limitação dos juros em operações de crédito de qualquer natureza a três vezes o valor da Selic.

Para tanto, requeiro que sejam convidados, a participar da referida audiência pública, entre outros, os senhores:

- Marcos Lisboa - Insper
- Ana Carla Abrão - Olyver Wyman
- Rubens Sardenberg - Representante da FEBRABAN

JUSTIFICAÇÃO

A PEC nº 160/2015 acrescenta um novo parágrafo ao artigo 192 da Constituição Federal para estabelecer que as taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras em suas operações de crédito de qualquer natureza ou finalidade não poderão exceder ao limite de três vezes a taxa básica de juros estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A propositura visa proteger consumidores contra taxas de juros consideradas excessivas. No entanto, segundo informações do setor financeiro, o tabelamento de juros poderia trazer consequências sistêmicas ao setor, tais como impacto negativo na inclusão financeira; redução da quantidade de crédito disponível, gerando redução do consumo e desaquecimento geral da economia, bem como o crescimento de práticas ilícitas de agiotagem.

Portanto, objetivando proteger a economia e o bem-estar social, há de se discutir com as partes envolvidas para entender o funcionamento deste segmento e as consequências diretas e indiretas que a PEC 160/2015 podem acarretar ao país.

Por isso, peço aos nobres pares que aprovelem este requerimento para que possamos discutir em audiência pública sobre a limitação dos juros em operações de crédito a fim de subsidiar nossos trabalhos nesta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Sala da Comissão, em de novembro de 2019.

Lafayette de Andrada

Republicanos/MG